



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Leila Barros

REQUERIMENTO Nº DE - CMA

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a **situação dos incêndios e queimadas em todo o país**.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- o Senhor André Lima, Secretário Extraordinário de Controle de Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial Do MMA;
- a Senhora Ane Alencar, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM);
- a Senhora Vanessa Ribeiro Martins, Juíza da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB);
- o Senhor Carlos Nobre, climatologista;
- representante Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE);
- representante Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA);
- representante Ministério Público Federal (MPF);
- representante Brigadistas da Comunidade Kalunga (Cavalcante-GO);
- representante Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo).

JUSTIFICAÇÃO

As queimadas que vêm assolando o Brasil, especialmente nas regiões da Amazônia, Cerrado e Pantanal, representam uma ameaça crescente ao meio



ambiente, à saúde pública e à segurança alimentar. A temporada de fogo, agravada pelas condições climáticas extremas, já resultou na destruição de vastas áreas de vegetação nativa, comprometendo ecossistemas essenciais, gerando danos irreparáveis à biodiversidade e contribuindo significativamente para o aumento das emissões de gases de efeito estufa.

Segundo dados do Programa Queimadas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), até o dia 16 de setembro deste ano, foram identificados 184.363 focos de queimadas em todo o território nacional. Esse número alarmante reflete a dimensão do problema e a necessidade de respostas rápidas e eficazes para conter o avanço do fogo e os danos causados por ele, especialmente em regiões sensíveis, como a Amazônia e o Cerrado.

Diante da gravidade da situação, torna-se imprescindível realizar uma audiência pública para que o Parlamento e a população possam compreender a real dimensão das queimadas no país, avaliando a situação atual, as medidas de prevenção e controle que estão sendo implementadas e a eficácia dessas ações. Além disso, é crucial investigar as causas desses incêndios, incluindo as ações criminosas que contribuem para a sua propagação. Diversos relatos apontam para práticas ilegais, como o uso deliberado do fogo para desmatamento e avanço de atividades econômicas em áreas protegidas, o que demanda uma análise mais aprofundada e rigorosa.

Convidamos, portanto, diferentes atores da sociedade civil e do Poder Público para que contribuam no esclarecimento da situação no país, e que apontem as ações que foram implementadas como medidas de prevenção e precaução, as ações em curso e aquelas que serão implementadas nos próximos períodos.

Essa audiência pública se faz urgente e essencial para que possamos, de forma conjunta, identificar lacunas, aprimorar políticas públicas e garantir que



o combate às queimadas seja eficiente e duradouro, salvaguardando o patrimônio natural brasileiro e as populações diretamente impactadas.

Sala da Comissão, 17 de setembro de 2024.

Senadora Leila Barros
(PDT - DF)

